



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
PRIMEIRO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No vigésimo quinto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se, de forma semipresencial, a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência do vereador Zeca Pirão. Fez-se inicialmente a chamada nominal dos parlamentares presentes. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Fernand Carneiro noticiou a ocorrência, nesta manhã, de um ato por justiça a Janice Dias, ciclista atropelada na Avenida Senador Lemos em agosto do ano passado, vindo a falecer dias depois. Notificou ter estado na Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém – Semob, na semana anterior, juntamente com a vereadora Livia Duarte, apresentando um projeto de lei, elaborado por ambos, criando um programa permanente de educação e proteção aos ciclistas. Expressou solidariedade à família de Janice Dias e pediu justiça para o caso que levou à sua morte. Tratou depois da campanha salarial dos servidores públicos municipais, explicando haver uma situação caótica, pois o ex-prefeito Zenaldo Coutinho dissera que deixava milhões em caixa para a atual gestão, mas na verdade descobriu-se depois que as dívidas da Prefeitura Municipal de Belém - PMB ascendiam a quase cem milhões de reais. Ademais, continuou, o passivo da PMB para com os funcionários municipais era enorme porque, desde 2105, não era feita a correção e equiparação do salário-base municipal ao salário mínimo nacional e a gestão de Zenaldo Coutinho não negociava com os representantes dos servidores. Apesar disso, a gestão atual estabelecera uma mesa de negociação permanente com os trabalhadores e, tendo ocorrido várias reuniões, não se chegara ainda a um acordo. Havia avanços, julgou, porque se estabelecera a negociação permanente e a PMB reconhecia que os funcionários municipais sofreram prejuízos e comprometia-se a realizar a equiparação salarial entre o salário-base municipal e o salário mínimo nacional durante a gestão de Edmilson Rodrigues. Observou ser esta a principal reivindicação dos servidores havia anos. Além disso, acrescentou, a PMB comprometera-se a corrigir o valor do vale alimentação, também não reajustado desde 2015. Outros pontos importantes, prosseguiu, eram a adequação municipal à Reforma da Previdência aprovada em nível federal, projeto enviado por Zenaldo Coutinho a este parlamento, e a limitação estabelecida pela Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, que impunha restrições ao reajuste salarial dos funcionários públicos. Havia compromisso na negociação salarial por parte da PMB, havia propostas concretas em relação ao vale alimentação e de recuperação do salário-base, mas era necessário avançar porque não seria aceitável apenas sacrificar os servidores, não conceder reajuste salarial e ainda aumentar a alíquota previdenciária, afirmou. Lembrou a luta do PSOL contra a reforma da Previdência, feita atribuindo-se aos trabalhadores a responsabilidade pelo déficit fiscal. Externou ter certeza de que seria construído um acordo entre a PMB e os servidores porque a atual gestão posicionava-se ao lado dos trabalhadores. Seu mandato, asseverou, estaria sempre ao lado dos servidores e servidoras na luta pela dignidade, pela valorização e qualificação profissional e pela equiparação entre o salário-base e o salário mínimo. Subindo depois à tribuna, Igor Andrade referiu-se aos benefícios para Belém da parceria estabelecida entre a PMB e o governo estadual, inteirando que, na segunda-feira seguinte, seria assinada a ordem de serviço para a construção da Unidade de Pronto Atendimento do Benguí (UPA do Benguí). Esta unidade de saúde seria construída com recursos estaduais e entregue à administração pública municipal, sendo mais uma demonstração do compromisso sério do governador Hélder Barbalho não apenas com a saúde pública, mas também com o resgate da autoestima do povo paraense, declarou. Reportou ter estado, no dia anterior, em uma audiência com o secretário municipal de Saúde, senhor Maurício Bezerra, para tratar sobre a ampliação do serviço de saúde no Distrito de Outeiro, especialmente aos moradores do Bairro da Brasília, que não contavam com o programa Estratégia Saúde da Família. A este respeito, prosseguiu, os representantes que o acompanharam na reunião sugeriram a utilização de uma casa não ocupada (que estava aos cuidados da Secretaria Municipal de Economia – Secon), adaptando-a para futuramente funcionar como unidade

de saúde naquela localidade. Reiterou pedido feito anteriormente ao prefeito Edmilson Rodrigues de construção de uma unidade de saúde no Bairro do Marco ou no Bairro de Canudos que pudesse atender à população dos dois bairros. Pediu também que cada um desses bairros tivesse uma casa do programa Estratégia Saúde da Família. Argumentou haver grande dificuldade para a PMB pagar os servidores inativos porque a arrecadação municipal não era suficiente para arcar com os custos e, se não houvesse uma mudança, isso levaria à falência do sistema, não permitindo mais aos servidores a aposentadoria ou levando a um aumento ainda maior da contribuição previdenciária. Fez notar que a PMB não estava fazendo uma reforma previdenciária, apenas se adequava à legislação federal aprovada anteriormente. A Reforma da Previdência estabelecera que nenhuma prefeitura cobrasse uma alíquota menor que cobrada em nível federal, de 14%, e o governo estadual aprovava tal mudança após seis meses. O governo municipal deveria ter feito a modificação até julho de 2020, mas obteve uma liminar prorrogando o prazo por algum tempo. O ex-prefeito Zenaldo Coutinho encaminhou então a esta Casa o projeto estabelecendo essas mudanças. Cabia agora à atual gestão fazer a adequação sob pena de, não o fazendo, ficar impedida de receber recursos federais e de fazer convênios com o governo federal. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Zeca do Barreiro e Pablo Farah. Fabrício Gama participou que solicitaria o comparecimento da secretária municipal de Educação a este parlamento para dar explicações sobre um suposto dossiê que ela possuiria com informações sobre sua pessoa. Observou depois que o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará – TCM/PA julga as contas dos prefeitos de todos os municípios paraenses e pode atestar a existência de má gestão dos recursos públicos municipais em cada caso. Para verificar se havia o déficit apontado pelo vereador Fernando Carneiro anteriormente em relação à gestão de Zenaldo Coutinho, os vereadores deveriam consultar o TCM/PA, sugeriu. Em aparte, manifestou-se o vereador Miguel Rodrigues. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PSB, Fábio Souza pediu ao presidente Zeca Pirão a presença de um intérprete da Linguagem Brasileira de Sinais – Libras neste parlamento fazendo a transcrição dos discursos dos vereadores, uma vez que as sessões estavam sendo transmitidas pelo *YouTube*, permitindo o acesso dos deficientes auditivos às discussões desta Casa. Manifestou concordar com o vereador Fabrício Gama quanto à competência do TCM/PA para o julgamento das contas do ex-prefeito Zenaldo Coutinho, ajuizando que este parlamento deve apresentar propostas para a cidade. Um dos temas complexos a ser discutido, reconheceu, é o aumento da alíquota previdenciária dos servidores públicos municipais. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro disse ter apresentado, havia dois anos, um projeto para tradução simultânea dos discursos dos vereadores para a Libras, estando em fase de estudo o impacto financeiro dessa medida, havendo a concordância da presidência da Casa quanto à sua necessidade. Esclareceu depois que a valorização do servidor público beneficia a população porque significa valorizar o serviço público, melhorando o atendimento. Posicionou-se contrariamente ao projeto de lei que permite a construção imobiliária na orla da cidade de Belém, aprovado anteriormente neste parlamento e vetado pelo ex-prefeito Zenaldo Coutinho. Destacou haver um parecer contrário a ele da Comissão de Justiça, Legislação e Redação de Leis desta Casa e a recomendação do Ministério Público do Estado do Pará – MPPA de que o veto fosse mantido. Recordou que esse projeto fora aprovado em um bloco com oitenta e cinco outros, sem ter havido um debate sobre seu conteúdo pelos vereadores, sem se debater com a comunidade e sem consultar os especialistas, sem a participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CDU e do Conselho Municipal de Meio Ambiente – Consemma. Defendeu que, antes de votar o veto, se discutisse o conteúdo do projeto. Julgou haver, com sua aprovação, uma tentativa de reativar a economia em nossa capital. Entretanto, contrapôs, o que gera emprego e renda são os pequenos empreendimentos feitos nos bairros, enquanto os grandes empreendimentos causam impacto profundo no meio ambiente e ameaçam o patrimônio histórico e cultural. Pela liderança do bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania, Mauro Freitas informou ter entrado com ação no MPPA, em 20/04/2021, solicitando que os discentes aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2020 fossem chamados pela Secretaria Municipal de Educação – Semec de forma imediata. No dia 20/05/2021 o Edital de Convocação foi publicado, sendo chamados noventa docentes a ocupar os cargos, faltando ainda sessenta professores. Avisou que reenviaria solicitação ao MPPA para que os profissionais remanescentes também fossem chamados, pedindo aos demais vereadores que também assinassem esse documento. Comunicou depois que entraria com ação no MPPA e até no STF contra o aumento da alíquota previdenciária para os servidores públicos municipais. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Biéco. Pela liderança do Solidariedade, Igor Andrade recordou que a Reforma da Previdência fora aprovada, em 2019, por iniciativa do presidente Jair Bolsonaro e que, em 2020, a Lei Complementar nº 173 impediu a concessão de reajustes salariais ao funcionalismo público até o final de 2021. Repetiu que os estados e municípios estão obrigados a adequar-se à legislação federal aprovada, pois, se não o fizerem, não receberão os repasses federais e não poderão estabelecer convênios com o governo federal. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Zeca Pirão e José Dinelly. Pela liderança do Governo, Allan Pombo referiu-se ao amplo debate estabelecido entre a PMB e os servidores municipais em relação ao reajuste salarial, o que não ocorria anteriormente. O funcionalismo




municipal tinha consciência da necessidade de adequação à legislação federal, assegurou. Em aparte, manifestou-se o vereador Igor Andrade. Pela liderança do PL, Pablo Farah sugeriu que se criasse uma comissão de vereadores para acompanhar as negociações salariais entre os servidores municipais e a PMB. Em relação ao aumento da alíquota de contribuição previdenciária do funcionalismo municipal, considerou ser necessário compensar os trabalhadores fazendo a equiparação do salário-base com o salário mínimo, cumprindo o que é estabelecido pela Constituição Federal. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foram então postas em votação e aprovadas por unanimidade as atas da 17ª e 18ª sessões ordinárias do Primeiro Período da Primeira Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Em seguida, o vereador Miguel Rodrigues pediu Questão de Ordem solicitando a realização de um minuto de silêncio pela morte do senhor Auzier Sampaio, pai do vereador Êmerson Sampaio. Fez-se em seguida um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao senhor Auzier Sampaio, atendendo à solicitação do vereador Miguel Rodrigues. Retomou-se posteriormente a votação do requerimento do vereador Fabrício Gama solicitando Moção de Repúdio a Angola em virtude da expulsão dos missionários brasileiros daquele país. O vereador Allan Pombo pediu Questão de Ordem solicitando que fosse modificada a redação do requerimento manifestando-se Moção de Repúdio ao governo de Angola e não ao país de Angola, sugestão aceita pelo autor do requerimento, vereador Fabrício Gama. O presidente considerou não haver problemas quanto a esta solicitação, uma vez que havia a concordância do autor. Posto em votação, o requerimento, com redação modificada, foi aprovado por maioria, havendo vinte e um votos favoráveis e três abstenções. Justificaram seus votos os vereadores Fabrício Gama, Moa Moraes, Miguel Rodrigues, Fernando Carneiro, Livia Duarte e Mauro Freitas. O vereador Fernando Carneiro pediu depois Questão de Ordem solicitando que a Mesa exigisse dos vereadores atenção ao tema em foco ao usarem da palavra. Fez-se em seguida a leitura do requerimento do vereador Êmerson Sampaio solicitando sete dias de licença luto, no período de 24 a 30 de maio corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Procedeu-se a seguir à leitura do requerimento do vereador Allan Pombo solicitando a realização de uma sessão especial para discutir a aplicação das novas regras de trânsito no município de Belém advindas da Lei Federal nº 14071, de 13/10/2020, que alterou substancialmente o Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei Federal nº 9503, de 27/09/1997), em data e horário a serem deliberados. Fizeram encaminhamentos os vereadores Allan Pombo e Miguel Rodrigues. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte e cinco votos favoráveis. Fez-se depois a leitura do requerimento do vereador Miguel Rodrigues solicitando a realização de uma sessão especial, em data e horário a combinar, para parabenizar os profissionais de saúde que estavam na linha de frente do combate à Covid-19 no município de Belém. Fez o encaminhamento o vereador Miguel Rodrigues, ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a chamada nominal dos parlamentares presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Entrou então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que “Denomina de ‘Sala Dr. Pedro Paulo Campos’ a sala em que funciona a Diretoria Jurídica da Câmara Municipal de Belém”, constante no Processo nº 124/2021, de autoria do vereador Zeca Pirão. Na discussão, não houve oradores. Fez-se depois a leitura do projeto e da emenda aditiva a este de autoria do vereador Zeca Pirão. A vereadora Enfermeira Nazaré Lima pediu depois Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto e a emenda feita a ele fossem votados em bloco. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Postos a seguir em votação, os artigos do projeto e a emenda foram aprovados por unanimidade, em bloco. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que “Denomina de ‘Sala Dr. Pedro Paulo Campos’ a sala em que funciona a Diretoria Jurídica da Câmara Municipal de Belém”, constante no Processo nº 124/2021. Passou-se em seguida à discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto de lei que “Altera o inciso 1º do art. 20 e adita o art. 37-A, incisos e parágrafos, da Resolução nº 15/92 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém”, constante no Processo nº 194/2021, de autoria do vereador Zeca Pirão. Na discussão, não houve oradores. Fez-se posteriormente a leitura do projeto. A vereadora Enfermeira Nazaré Lima pediu em seguida Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Postos depois em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco, com vinte e quatro votos favoráveis. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que “Altera o inciso 1º do art. 20 e adita o art. 37-A, incisos e parágrafos, da Resolução nº 15/92 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém”, constante no Processo nº 194/2021. Entrou posteriormente em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que “Cria a Comenda “Paula Duarte”, constante no Processo nº 102/2021, de autoria da vereadora Livia Duarte. Na discussão, não houve oradores. A vereadora Livia Duarte pediu depois Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Fez-se em seguida a leitura do projeto. A vereadora Livia Duarte pediu novamente Questão de Ordem solicitando que, através de um acordo de lideranças, o projeto fosse suspenso por vinte e quatro horas.

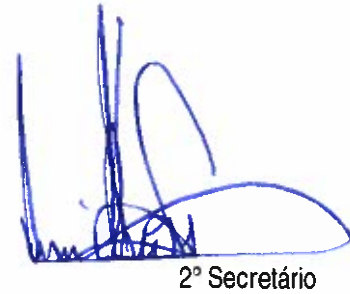
entrando em pauta na sessão ordinária seguinte. Consultadas as lideranças partidárias presentes, não houve objeção, e esta solicitação foi atendida. O presidente Bieco declarou então encerrada a sessão, às onze horas e dezessete minutos. Estavam licenciados os vereadores Emerson Sampaio e Altair Brandão. Justificou sua ausência o vereador Goleiro Vinícius. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Matheus Cavalcante, Mauro Freitas, Moa Moraes, Josias Higino e Pastora Salete, pelo bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania; Miguel Rodrigues, Renan Normando, Túlio Neves e Roni Gás, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Juá Belém e Augusto Santos, pelo Republicanos; Zeca Pirão, Blenda Quaresma, Neném Albuquerque e John Wayne, pelo MDB; Fernando Carneiro, Livia Duarte e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Bieco e Pablo Farah, pelo PL; Fábio Souza e Gleisson Silva, pelo PSB; Bia Caminha e Amaury da APPD, pelo PT; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 25 de maio de 2021.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário